

**GRAMÁTICAS E GRAMATICOGRAFIA: UMA ANÁLISE
DE VERBOS PELA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA**

Stephanie Cunha dos Santos da Silva (UFF)

cunhaphanie@gmail.com

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)

leonardokaltner@id.uff.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo dissertar sobre o sistema verbal latino. Para tanto, o caminho a ser percorrido implica o uso dos métodos da gramaticografia, uma das áreas da historiografia linguística, onde a gramática do latim será comparada a gramática da língua portuguesa, para que deste modo se chegue a definição de verbo, observando as permanências e as descontinuidades na descrição metalinguística. A pesquisa parte dos princípios de contextualização, imanência e adequação propostos por Koerner. Tendo em vista os objetivos, serão utilizadas: a gramática de latim de Élio Donato, a *Gramática superior da língua latina*, feita por Ernesto Faria, a *Gramática do português contemporâneo*, escrita por Celso Cunha e Lindley Cintra e a *Moderna gramática portuguesa*, concebida por Evanildo Bechara.

Palavras-chave:

Gramaticografia. Verbo. Historiografia Linguística.

ABSTRACT

This paper aims to dissert about the Latin verbal system. Therefore, the path to be followed implies the use of gramaticography methods, one of the areas of linguistic historiography, where the grammar of Latin will be compared to the grammar of the Portuguese language, so that the definition of verb can be reached, observing the permanencies and the discontinuities in the metalinguistic description. The research starts from the principles of contextualization, immanence and adequacy proposed by Koerner. In view of the objectives, the following will be used: Élio Donato's Latin grammar, Ernesto Faria's *Superior grammar of Latin language*, Celso Cunha and Lindley Cintra's *Contemporary portuguese grammar* and Evanildo Bechara's *Modern portuguese grammar*.

Keywords:

Grammaticography. Verb. Linguistic Historiography.

1. Introdução

Pensar a respeito da língua latina é se remeter a séculos e séculos de história, desde sua origem no indo europeu até sua “academização” nas Universidades europeias dos séculos XIII ao XIX. Tendo por certo que toda prática humana contém historicidade, a escrita, não obstante

deste fato, também possui sua história. Segundo Rosimeri da Costa, Renato da Silva e Márcio Vilaça (2013) todas as formas de inscrição gráfica vêm da necessidade dos seres humanos de se comunicarem e registrarem suas impressões acerca da história, de suas práticas culturais, acontecimentos, etc.

Sobre a escrita na sociedade romana Pierre Grimal afirma que “a lei foi primeiro domínio em que se sentiu necessidade de assegurar a permanência da palavra e da frase.” (1993, p. 136). Os primeiros escritores romanos de que se tem registro, possuíam grande preocupação com a clareza e precisão do enunciado (GRIMAL, 1993, p. 135). Outra preocupação que tinham é com a sonoridade, assim:

Entre estas duas necessidades – de precisão total, para não deixar escapar nada dessa realidade que se pretende abranger, e de ritmo – a prosa não tarda a disciplinar-se, a sublinhar fortemente as articulações da frase, inicialmente simples cavilhas servindo de sutura, depois sinais de classificação que afetam os diferentes momentos da exposição, por fim verdadeiros instrumentos de subordinação que permitem construir frases complexas e hierarquizadas. (GRIMAL, 1993, p. 136)

Do anseio em normatizar a língua vem uma preocupação com a conceituação, deste modo, a língua latina para se estruturar em muito foi influenciada pela gramática grega e pelas suas definições. E da mesma maneira, a gramatização do latim serviu por base na formação de várias outras línguas ao longo da história como a língua portuguesa que possui grandes semelhanças com a língua latina. O intuito do presente trabalho é debater acerca dessas similitudes partindo do conceito de verbo. Para isso o método da gramaticografia é imprescindível.

2. Gramáticas e a gramaticografia: um campo da historiografia linguística

A Gramaticografia é uma área de estudos que está situado dentro da historiografia linguística. Dois intelectuais que, muito contribuem, para a elaboração e consolidação deste campo de pesquisa são E. F. K. Koerner e Pierre Swigger. Uma definição de Historiografia linguística proposta por Koerner (2014):

Hoje em dia, o que é normalmente referido como ‘historiografia linguística’ (forma abreviada da designação mais precisa ‘historiografia das ciências da linguagem’, em que o termo ‘ciência’ no sentido estrito da ‘ciência natural’ é claramente evitado) constitui uma investigação metodologicamente informada e a apresentação de acontecimentos passados na

evolução da disciplina designada de ‘linguística’ ou ‘ciências da linguagem’. Se a atividade de estabelecer as res gestae do estudo da linguagem é chamada de ‘historiografia linguística’, o seu resultado deveria ser designado de ‘história da linguística’. Por outras palavras, a ‘história da linguística’ é o produto e não a atividade de a estabelecer. (KOERNER, 2014, p. 17)

Sendo, pois uma investigação metodológica, o estudo nesta área tem alguns procedimentos e precauções. Segundo Swigger (2012):

The general methodology of linguistic historiography follows from the fact that the linguistic historiographer is an “observer”, a (critical) “reader” and an “inter-preter” of the evolutionary course of linguistic knowledge. At the outset this requires a basic attitude of empathy with the past: the linguistic historiographer starts from the assumption that what he/she finds in his/her sources (= his/her documentation) at one time made sense and constituted a (set of) relevant statement(s) about language, in one or the other way: about the structure of (a) language, about the nature of language, about linguistic functions, about relationships between languages, about the unity or diversity of languages, etc. This means that our task is to describe and understand what we find in our sources. (SWIGGER, 2012, p. 42)

Como um “observador”, um “crítico” e um intérprete, o pesquisador de linguística deve ao analisar os processos históricos ter em mente que eles implicam em transformações da língua estudada, no caso o latim, ao longo dos séculos, e na elaboração de novas línguas, como é o caso da língua portuguesa. E essa pesquisa não se dá apenas por meio de apontamentos das rupturas que ocorreram. O desenrolar da história é marcado, principalmente, por continuidades. Sobre esse aspecto, Medeiros (2007) afirma:

Entretanto, é imprescindível mencionarmos que a evolução no campo da ciência não é provocada somente por rupturas, mas, também, por continuidades. Assim, o acúmulo do saber científico deve ser visto como algo positivo e que está ligado à evolução no meio científico, pois somente podemos observar uma mudança na ciência, se conseguirmos identificar o que permaneceu (continuidade) e o que mudou (ruptura). (MEDEIROS, 2007, p. 24)

Koerner propõe três princípios para o desenvolvimento da pesquisa historiográfica, são eles a contextualização, a imanência e a adequação. A contextualização é, segundo Lima (2016), a que:

[...] diz respeito ao estabelecimento do clima de opinião geral dos períodos em que as teorias se desenvolveram, (Koerner, 1996, p. 60). A aplicação desse passo é de grande importância, uma vez que permite ao historiógrafo o entendimento do quadro social, político, econômico, filosófico e cultural no qual se insere seu objeto de estudo. (LIMA, 2016, p. 6)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A imanência se configura como o momento em que o pesquisador da área de historiografia linguística “deve voltar-se de um olhar moldado pelo clima de época na qual o objeto foi constituído” (LIMA, 2016, p. 6). Ao citar Koerner, Lima (2016) diz:

Ou seja, nas palavras do autor, tal princípio consiste no esforço de estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, possivelmente mesmo filológico, do texto linguístico em questão, (*Ibid*, 1996, p. 60). Ressalta ainda o autor que, o pesquisador deve se afastar, à medida do possível, do seu quadro de formação na Linguística moderna, respeitando, dessa forma, a terminologia usada na época. (LIMA, 2016, p. 6-7)

Já o terceiro princípio, o da Adequação, é o momento onde, segundo Nelci Vieira de Lima (2016), “o historiógrafo pode arriscar-se em fazer comparações entre o objeto pesquisado e sua época e as teorias linguísticas de seu tempo.” Deste modo, os trabalhos desenvolvidos na disciplina de historiografia linguística devem passar por etapas de elaboração que vão desde ao documento em si, passando pelo contexto do período em que tal fonte foi criada, até a utilização de conceitos atuais da linguística para compreensão dos fenômenos da língua no tempo e ao longo do tempo.

Ao se tratar de sistemas linguísticos, faz-se necessário, se atentar a elaboração e difusão das gramáticas. O termo “Gramática” refere-se ao estudo da escrita. Donato não foi o primeiro a desenvolver uma gramática, então assim como os demais gramáticos, sua obra recebeu influência de outra, da mais antiga oriunda do século I a.C.: a *Tekhné Grammatiké*, de Dionísio, o Trácio. Na época de Dionísio, o grego e o latim eram ensinados como língua materna, todavia, as obras literárias estavam escritas em um grego muito anterior ao período em que a Gramática foi escrita, então um dos objetivos da obra deste gramático era ensinar a ler obras de autores clássicos como a *Ilíada* e a *Odisseia* de Homero (século VIII a.C. VII a.C.).

Falar de Gramática, ou melhor, de tradição gramatical é, segundo Oliveira, retornar a Grécia e analisar a Gramática de Dionísio, o Trácio, o qual teve inúmeros seguidores, tanto gregos como latinos. Todavia, em relação aos tratados latinos, foi no período tardio do império romano que a profusão de tratados gramaticais acontece. Dentre essas obras, as de maior relevância são sem dúvida os de Donato (aproximadamente 400 d.C.) e o de Prisciano (aproximadamente 500 d.C.).

De acordo com Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira com a dis-

seminação, a multiplicação das escolas houve uma necessidade de “compêndios didáticos, e assim foram feitas cópias, adaptações e frequentemente, deformações tanto das obras literárias quanto dostratados gramaticais” (OLIVEIRA, 2013, p. 53-4). São justamente as deformações, as mudanças que ocorreram desta tradição gramatical latina que merecem atenção, já que essas mudanças não são apenas das obras e das metodologias de ensino, as transformações são da própria língua latina.

3. O verbo

A primeira gramática da língua latina que se tem registro, foi a *Ars minore a Ars maior* de Donato. Élio Donato foi um professor de retórica em Roma que viveu no século IV. Escreveu duas gramáticas “sendo a inferior para os principiantes e a superior para os alunos mais adiantados” (NUNES, 1975). É considerado um dos últimos autores clássicos, e mesmo sua obra não contendo nenhuma característica de fundo religioso foi mantida no período medieval. Donato foi professor de vários teólogos, dentre eles vale citar Jerônimo de Estridão, posteriormente canonizado pela igreja católica.

Ao se referir a verbos, em sua obra, Donato conceitua: “Verbo o que é? É a parte da oração com tempo e pessoa, sem caso, que significa fazer algo ou ser afetado, ou nenhum dos dois.” (DEZOTTI, 2011, p. 116). Enquanto que a definição de verbo, presente na obra de Evanildo Bechara, diz: “Entende-se por verbo a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual se organiza o falar seu significado lexical.” (BECHARA, 2009, p. 173).

O gramático brasileiro Evanildo Bechara acredita que a língua portuguesa é de certa maneira a “continuação ininterrupta, no tempo e no espaço, do latim levado à península Ibérica pela expansão do império romano” (2009, p. 11). Evidentemente que essa continuação não significa estabilidade e imutabilidade. Prova disto são as definições tanto de Donato, quanto a do próprio Bechara acerca do que seria verbo.

Outra possível definição de verbo presente na Gramática do Português Contemporâneo de Celso Cunha e Lindley Cintra que dizem que “verbo é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo” (2008, p. 263). Acrescentam ainda as “flexões do verbo” que são: de número, de pessoa, de modo, de tempo, de aspecto e de voz. A respeito do modo, Cunha e Cintra indi-

cam apenas três modos: o indicativo, o conjuntivo e o imperativo.

Sobre as conjugações, fato é que no período de Roma a divisão didática não existia, mas se for analisada a gramática de Donato, é possível observar que o gramático divide o verbo em três conjugações: “As conjugações dos verbos são quantas? Três. Quais? Primeira, segunda e terceira” (DEZOTTI, 2011, p. 116). O que difere da divisão elaborada no período renascentista que é defendida por Faria, que em todos os seus exemplos conjuga os verbos nas quatro conjugações.

Donato afirma sobre a primeira conjugação:

Qual é a primeira? Aquela que, na segunda pessoa do singular do presente do indicativo de um verbo ativo ou neutro, tem um *a* longo antes da última letra ou, no caso de um verbo passivo, comum ou depoente, antes da última sílaba, como *amo amas, amor amaris*; além disso, faz o futuro do indicativo em *-bo* e em *-bor*, como *amo amabo, amor amabor*. (DEZOTTI, 2011, p. 116)

A segunda conjugação é, segundo Donato, composta por verbos ativos ou neutros que na segunda pessoa do singular do presente do indicativo tem um *e* longo antes da última letra, ou ainda, no caso do verbo passivo (comum ou depoente), antes da última sílaba (DEZOTTI, 2011, p. 116). A exemplo disto, pode-se citar o verbo *doceo doces, doceo doceris*. Nesta conjugação, o futuro do indicativo é em *-bo* e em *-bor* (Ex: *doceo – docebo; doceor – docebor*).

Já a terceira, última conjugação proposta por Donato, é conceituada como:

[...] aquela que, na segunda pessoa do singular do presente do indicativo de um verbo ativo ou neutro, tem um *i* breve ou um *i* longo antes da última letra ou, no caso de um verbo passivo, comum ou depoente, tem um *e* breve (no lugar do *i*) ou um *i* longo antes da última sílaba, como *lego legis, legor legeris, audio audis, auditor audiris*; além disso, faz o futuro do indicativo em *-am* e em *-ar*, como *lego legam, legor legar, audio audiam, auditor audiar*. Isto – se a letra *i* é breve ou longa – pode ser rapidamente percebido no imperativo e no infinitivo, pois, se for breve, o *i* converte-se em *e*; se for longo, não se altera. Quando a terceira conjugação faz o futuro não só em *-am* mas também em *-bo*? Algumas vezes, quando ela tiver a letra *i* longa, e não breve, como e o *isibo* ou *eam, queo quis quibou queam*. (DEZOTTI, 2011, p. 116-17)

Conjugar um verbo, para a gramática portuguesa de Evanildo Bechara, “é dizê-lo, de acordo com um sistema determinado, um paradigma, em todas as suas formas nas diversas pessoas, números, tempos, modos e vozes” (BECHARA, 2009, p. 186). A língua portuguesa divide seu sis-

tema verbal em três conjugações. Segundo o gramático Bechara (2009) as três conjugações são marcadas pela vogal temática:

Esquema 1: vogais temáticas de cada conjugação.

- | |
|-------------------------------------------------------------------------------|
| 1. ^a conjugação – vogal temática <i>a</i> : amar, falar, tirar. |
| 2. ^a conjugação – vogal temática <i>e</i> : temer, vender, varrer. |
| 3. ^a conjugação – vogal temática <i>i</i> : partir, ferir, servir. |

Retirado da Gramática de Evanildo Bechara (2009).

Ernesto Faria (1958), ao falar sobre verbo, diz que quanto a sua estrutura é dividido em três partes: radical, sufixo temporal e desinências pessoais. O radical seria a parte inicial do verbo onde está contido sua significação geral, o sufixo temporal se segue ao radical e é responsável por indicar o tempo e o modo, enquanto que as desinências pessoais indicam as pessoas do verbo e a voz do verbo, passiva ou ativa (FARIA, 1958, p. 157).

A divisão dos verbos em voz ativa e voz passiva, presente nas gramáticas de língua latina é uma categoria que é herdada pela língua portuguesa. Sobre a voz ativa, Evanildo Bechara afirma que é “a forma em que o verbo se apresenta para normalmente indicar que a pessoa a que se refere é o agente da ação” (BECHARA, 2009, p. 183). Enquanto que, a voz passiva é conceituada como “forma verbal que indica que a pessoa é objeto da ação verbal” (BECHARA, 2009, p. 183).

4. Conclusão:

O trabalho da gramaticografia de comparar os sistemas linguísticos pode revelar não apenas as descontinuidades da língua, mas, sobretudo, as continuidades. É impossível estudar a língua portuguesa sem entender minimamente a grande contribuição da língua latina a elaboração do sistema português. Para além da língua, entender que o próprio latim ao longo dos séculos sofreu profundas transformações até se tornar um sistema fechado, recebendo também grandes influências do grego.

Saber que as línguas são constituídas ao longo do tempo em sociedades que vivem diversos processos históricos contribui para entender de que modo a língua opera. Muito além da comunicação, o estabelecimento de um sistema linguístico, sua padronização, mudanças e descon-

tinuidades reflete interesses políticos, econômicos e por vezes, filosóficos.

Assim, a área de gramaticografia, que está situada dentro da Historiografia Linguística, deve ser concebida como um proceder científico denso, que demanda grande esforço do pesquisador de não apenas olhar para os aspectos linguísticos como também se atentar para as questões históricas que tangem o objeto estudado. Com rigor metodológico e minuciosas análises é possível desenvolver pesquisas que podem em muito contribuir para o campo científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

COSTA, R. C.; SILVA, R.; VILACA, M. A evolução e revolução da escrita: um estudo comparativo. In: *Filologia e Linguística Portuguesa*, 2013.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5. ed. 2008.

DEZOTTI, Lucas Consolin. *Arte menor e arte maior de Donato: tradução, anotação e estudo introdutório*. São Paulo. 2011.

FARIA, Ernesto. *Gramática superior de língua latina*. Rio de Janeiro: Livraria. Acadêmica, 1958.

GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70, 1993.

KOERNER, E. F. Konrad. *Quatro décadas de Historiografia Linguística: estudos selecionados*. Braga: Publito, Estúdio de Artes Gráficas, 2014.

LIMA, Nelci Vieira de. *Historiografia Linguística: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos*. Editora Mackenzie. V. 16, n. 1. 2016.

MEDEIROS, Sheila Regina Pinheiro Moisés. *Dois momentos da gramaticografia da língua portuguesa “Nova gramática do português contemporâneo” e “Gramática da língua portuguesa” – Um estudo historiográfico*. São Paulo, 2007.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. As artes liberais na Idade Média. In: *Re-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

vista de História. V. LI, n. 101, 1975.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado. Latim, Donato e a Gramática Normativa. In: Cadernos do CNLF, Vol. XVII, n. 7. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013. p. 53-61

SWIGGER, Pierre. Linguistic historiography: object, methodology, modelization. In: *Todas as letras*, V. 14, n. 1, 2012.